A SOCIALIZAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CINTHIA CAROLINE GOMES LIMA DE OLIVEIRA

RESUMO
Ao percebermos que os bebês são agentes com passado, com prerrogativas e competência, estamos declarando que eles se envolvem profundamente, de forma refinada, nos procedimentos sociais em que participam, através das vivências infantis comprometidas com os contatos, diversões e aspectos lúdicos, construindo significado com o universo que os envolve. Uma análise detalhada pode identificar a árdua empreitada que os bebês empreendem para se integrarem. A socialização, em termos gerais, tem sido entendida como o processo em que transmitir e configurar conhecimentos, formas de perceber e categorizar o a realidade e os valores socialmente determinados que estão na base da sustentação das dimensões da ordem social. A socialização infantil tem sido entendida como o processo no qual as crianças aprendem uma série de elementos como crenças, comportamentos e sentimentos de acordo com o papel que desempenham em sua cultura. Em outras palavras, esse processo refere-se às maneiras pelas quais as crianças se tornam membros sociais e culturalmente competentes dentro do grupo social em que vive. Nos estudos sociológicos da infância, a socialização é frequentemente tomada como sinônimo de aculturação, pois esse termo implica que a criança adquire a cultura do grupo humano em que está inserida. No entanto, as crianças não são vistas como indivíduos totalmente preparados para participar do complexo mundo adulto, mas eles começam a ter o potencial de ser lentamente introduzidos em contato com as existências humanas.

Palavras-chave: Cultura; Grupo Social; Socialização.

INTRODUÇÃO

A linguística desenvolveu perspectivas que contribuem para a discussão sobre socialização a partir da aquisição da linguagem.
A socialização das crianças ocorre em sua participação nas atividades cotidianas com a orientação de adultos. Este conceito é definido como um processo em que se entrelaçam os papéis desempenhados pela criança e seu cuidador, em que de modo que as interações rotineiras entre eles e a forma como organizam a rotina, proporcionando à criança oportunidades de aprender tanto implícito quanto explícito.

Exercer papel sociopolítico e educativo implica em proporcionar as condições mais adequadas e os recursos originados historicamente e culturalmente para que as crianças desfrutem de seus direitos cívicos, humanos e sociais e possam se expressar e ver essas expressões acolhidas, como indivíduos com direitos e aspirações. Em última análise, significa considerar os centros infantis e escolas primárias na criação de novas modalidades de convívio social e de identidades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade humana, com o reconhecimento da necessidade de proteção do ambiente e com a ruptura de relações de poder baseadas em idade, status socioeconômico, etnia, gênero, região, língua e religião que ainda permeiam nossa sociedade" (BRASIL, 2010, p.5. Grifo meu).

As diferentes formas de envolvimento das crianças na organização das atividades que cada sociedade estabelece, nos dá a diretriz para conhecer as diferenças culturais em que ocorre a aprendizagem das crianças.
Essas novas perspectivas de socialização, na qual a criança é vista como participante ativo, sem dúvida referem-se às contribuições da Psicologia Russa, principalmente nas obras de Lev S. Vygotsky, e mais tarde alguns de seus discípulos, como A. N. Leontyev, retomam suas ideias para gerar a teoria de atividade que focaliza seu interesse na relação entre consciência e mundo material. Para esses autores, o problema surge a partir de uma posição teórica no debate de Marx e Engels sobre ideologia e a crítica das teorias Materialista.
Portanto, Piaget quanto Vygostky levaram em conta os processos desenvolvimento social e natural, apontando que, de um lado, Piaget se concentrou acima de tudo no indivíduo

que ocasionalmente interage com os outros, resolve problemas lógicos de origem social. Por outro lado, Vygotsky deu atenção especial à participação da criança, juntamente com outras pessoas, na ordem social.
De certa forma, Piaget considerou que a aprendizagem das crianças era mais efetiva entre iguais, isto é, com outras crianças de igual competência e não com adultos por causa do tipo de relações assimétricas que mediram entre eles.
No caso da teoria da atividade, Vygotsky propõe que o sujeito humano atue sobre a realidade adaptando-se a ela, transformando-a por meio de alguns instrumentos psicológicos que ele chama de "mediadores". Esse fenômeno, denominado mediação instrumental, é realizado por meio de "ferramentas" (mediadores simples, como recursos materiais e "sinais"), mediadores mais sofisticados, sendo a linguagem o principal signo. Também estabelece que a atividade é um conjunto de ações culturalmente determinadas e que são realizados em cooperação com outros.
A linguagem, para Vygotsky, é a ferramenta que possibilita a tomada de consciência de e o exercício do controle voluntário de nossas ações. Portanto não se imita simplesmente o comportamento dos outros, não se reage simplesmente, mas tem-se a possibilidade de afirmar ou negar o que não é possível, o que indica que o indivíduo tem consciência do que é e que age com vontade possuir. Nesse momento os indivíduos tornam-se distintos e diferentes dos objetos e outros, de tal modo que "os sistemas de signos produzidos na cultura em que as crianças vivem não são meros "facilitadores" da atividade.
Barbara Rogoff (1993), estudiosa de aprendizagem infantil, é um dos autores que amplia as ideias de Vygotsky, enfatizando não só a importância do contexto cultural para a aprendizagem nas crianças, mas também na diversidade de contextos culturais em que que ocorre a socialização das crianças, argumentando que o que varia são as formas no contexto cultural que oferece diferentes tipos de relações, espaços e tempos no desenvolvimento infantil. A autora explora e desenvolve o conceito de ZDP, "segundo a qual o desenvolvimento infantil evolui por meio da participação da criança em atividades um pouco distantes de sua competência, em sua "zona de desenvolvimento proximal", com a ajuda de adultos ou crianças mais capazes" (VYGOTSKY, IN ROGOFF 1993, P. 38).
A socialização é o processo pelo qual adquirimos as qualidades que nos tornam plenamente humanos. Embora nasçamos com o potencial para ações humanas, é através da socialização que desenvolvemos linguagem, identidade, mente e consciência. Como seria um ser humano sem socialização? Alguns adultos que não foram bem socializados apresentam pouco autocontrole, dificuldade em cooperar e tendência à impulsividade. Existem poucos exemplos de pessoas que cresceram completamente isoladas, e quando esses indivíduos foram encontrados, todos pareciam muito estranhos. É quase impossível imaginar um ser humano sem socialização.
Segundo Charles Cooley, a natureza humana não surge no momento do nascimento. Os seres humanos não podem adquiri-la sem associação, e ela declina no isolamento ([1909] 1962, p. 30). Em um sentido muito real, somos socializados para nos tornarmos seres humanos.
Durkheim compreendeu bem o significado e a importância da socialização. Para ele, a sociedade só pode existir porque penetra no interior do ser humano, moldando nossa vida íntima, criando nossa consciência, nossas ideias e nossos valores.
Embora a socialização seja mais intensa durante a infância e a adolescência, é um processo contínuo, pois ao mudarmos de grupo ou posição social, precisamos nos adaptar a novas situações sociais. Essa adaptação é feita através da aprendizagem de novos modos padronizados de agir e pensar. Além disso, todas as sociedades estão sempre se transformando, mudando seus padrões de organização. Sociedades simples, como as indígenas, se transformam mais lentamente, enquanto sociedades complexas, como as urbano-industriais, mudam mais rapidamente. De qualquer forma, qualquer que seja o tipo de sociedade, ela está sempre em mudança. Isso exige que o indivíduo se adapte às transformações de seu ambiente social, assimilando novos padrões de comportamento desenvolvidos na sociedade.
É por meio da socialização que o indivíduo

pode desenvolver sua personalidade e ser aceito na sociedade.
De acordo com Peter Berger e Brigitte Berger:
A vida de todos começa com o nascimento. A primeira condição que experimentamos é a de ser criança. Se analisarmos essa condição, encontraremos muitos aspectos que não têm relação direta com a sociedade. Primeiramente, ser criança envolve um tipo específico de relacionamento com o próprio corpo. Experimentamos sensações de fome, prazer, conforto e desconforto físico, entre outras. Durante a infância, o indivíduo é submetido a diversas influências do ambiente físico, percebendo a luz e a escuridão, o calor e o frio, e objetos de todos os tipos que capturam sua atenção (BERGER e BERGER, 2004, p.169).

A biografia de um indivíduo, desde o nascimento, é a história de suas relações com outras pessoas. Em uma espécie de representação gráfica, poderíamos dizer que a sociedade não apenas impõe seus padrões ao comportamento da criança, mas também influencia seu organismo, regulando funções como a alimentação. Quando falamos de socialização, referimo-nos ao processo pelo qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade, destacando não apenas os processos fisiológicos, mas também a importância do convívio social.
Alguns dos padrões sociais impostos às crianças podem ser influenciados pelas características únicas dos adultos que cuidam delas. Por exemplo, uma mãe pode alimentar seu filho sempre que ele chora, independentemente da hora, devido à sensibilidade de seus ouvidos ou ao amor que sente, não suportando a ideia de que a criança possa estar desconfortável. Na maioria das vezes, no entanto, a decisão de alimentar a criança sempre que ela chora ou de seguir um horário rígido de refeições não é uma escolha individual da mãe, mas sim um padrão mais amplo prevalecente na sociedade em que vive, que ensina que essa é a maneira correta de resolver o problema (BERGER, 2004, p.170).

No nascimento, a criança é introduzida aos padrões sociais daqueles que a cercam, aprendendo a depender de outras pessoas, o que inicia o processo de socialização. O bebê, ao ser alimentado em contato com a mãe, dá seu primeiro passo no processo social de sua vida. O treinamento para o uso do banheiro é outro aspecto do comportamento infantil em que as funções fisiológicas são claramente forçadas a se alinhar aos padrões sociais.

EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA VISÃO AMPLIADA
A educação infantil abrange o período escolar em que se atende pedagogicamente crianças de 0 a 6 anos. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que crianças de 0 a 3 anos são atendidas em creches, enquanto o sistema educacional para crianças de 4 a 6 anos é chamado de Pré-Escola.
O atendimento a crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas surgiu como resposta às mudanças sociais e econômicas provocadas pelas revoluções industriais ao redor do mundo. Durante esse período, as mulheres começaram a deixar seus lares, onde tradicionalmente cuidavam dos filhos e das tarefas domésticas, para ingressar no mercado de trabalho. Sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito para melhorar as condições de vida de seus filhos, iniciou-se o atendimento à educação infantil, termo que atualmente se refere ao cuidado de crianças de 0 a 6 anos no Brasil.
Inicialmente, a educação infantil tinha um caráter de assistência à saúde e preservação da vida, sem relação direta com o fator educacional. A préescola surgiu na sociedade industrial urbana, não com fins educativos, mas para prestar assistência, e não pode ser comparada com a história da educação infantil, cujos sistemas e períodos educativos remontam aos gregos.
A partir da década de 1980, com a abertura política e o fortalecimento dos movimentos pelos direitos humanos, a Constituição de 1988 ampliou as leis que protegem os cidadãos e seus direitos, incluindo o direito à educação infantil. A partir dessa Constituição, as famílias passaram a ter o direito de matricular seus filhos em creches até os 6 anos de idade, conforme o artigo 208. Nesse período, também aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho, elevando a demanda por creches e pré-escolas. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, lei número

8.069/1990, estabelece no artigo 54 que é dever do Estado assegurar o atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, tornando a educação infantil um direito das crianças e das famílias.
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 foi a primeira a incluir a educação infantil entre as diretrizes que regem a educação, embora esta continue não sendo obrigatória, mas sim um direito das crianças e das famílias. De acordo com essa lei, a educação infantil faz parte da primeira etapa da educação básica.
Essas legislações trouxeram mudanças significativas para a educação infantil. A partir da década de 1990, a educação infantil passou a ser considerada parte integrante do sistema educacional, deixando de ser vista apenas como uma forma de assistencialismo. Embora a educação infantil no Brasil não seja obrigatória, ela é essencial para o desenvolvimento das crianças em seus primeiros anos de vida, constituindo um passo fundamental para a construção do conhecimento.
A socialização é um processo interativo essencial para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz suas necessidades e assimila a cultura, enquanto a sociedade se perpetua e evolui. Esse processo começa no nascimento e continua ao longo de toda a vida.
A educação infantil é decisiva para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. É na escola que parte da identidade é construída, onde se adquirem padrões de aprendizagem e se assimilam os valores éticos e morais que permeiam a sociedade.
Desde que a criança nasce, ela já é parte de um grupo social, pois suas necessidades básicas estão intrinsecamente ligadas a outras pessoas e são satisfeitas dentro de uma sociedade. A difusão cultural envolve valores, normas, costumes, atribuição de papéis, ensino da linguagem, habilidades e conteúdos escolares, acumulados ao longo da história e transmitidos por agentes sociais responsáveis por atender às necessidades da criança e integrá-la ao grupo social.
Segundo Palacios (1995), a socialização ocorre através de três processos: mentais, afetivos e comportamentais. Os processos mentais envolvem o conhecimento de valores, normas, costumes, pessoas e instituições, bem como a aprendizagem da linguagem e a aquisição de conhecimento. Os processos afetivos são fundamentais para o desenvolvimento social da criança, incluindo empatia, apego e amizade. Os processos comportamentais envolvem a aquisição de condutas socialmente desejáveis, evitando comportamentos considerados anti-sociais.
O processo de socialização influencia o que as crianças aprendem ao analisar seu meio e identificar o que é considerado incorreto, visando alcançar um nível superior de compreensão dos valores morais que regem a sociedade.
De acordo com Jean Piaget (1971), os indivíduos desenvolvem princípios conceituais que lhes permitem compreender e modificar a si mesmos e ao ambiente. Essa construção ocorre através da influência mútua com o meio, onde a criança desenvolve suas próprias crenças.
Para que a educação infantil desempenhe um papel significativo no desenvolvimento humano e social, é necessário que a criança seja vista como uma cidadã criadora de cultura, e não apenas como um ser em desenvolvimento. A educação deve ter um caráter científico, artístico e cultural.
As crianças precisam criar, construir e desconstruir, necessitando de ambientes com areia, água, terra, objetos variados, brinquedos, livros, revistas, entre outros. Espaços destinados à experiência com a cultura, a arte e a ciência são essenciais para o desenvolvimento pleno das crianças.

O BRINCAR E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO
A diversão desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil, pois, quando utilizada como ferramenta pedagógica, vai além do mero entretenimento. Atualmente, essa ideia tem sido incorporada às salas de aula, ampliando as possibilidades de ensino.
Conforme Vygotsky (1984), a criança constrói seu conhecimento através da interação com o ambiente. Entre a criança e o meio ao seu redor, há um circuito de trocas mútuas que influenciam e moldam reciprocamente suas reações e inteligência.
O aspecto lúdico na educação infantil transcende o aprendizado, pois pode promover a

socialização entre os alunos. Trabalhando em grupo, a coletividade torna-se essencial no processo de ensino-aprendizagem. Segundo a teoria vygotskiana, o desenvolvimento infantil ocorre de fora para dentro, tornando o ambiente um elemento fundamental nesse processo.

No cotidiano escolar, muitos professores enfrentam dificuldades ao transmitir certos conteúdos. Nesse contexto, jogos e brincadeiras contribuem significativamente. Na educação infantil, a criança ainda está em uma fase egocêntrica, com interesses centrados em si mesma, enquanto família, escola e amigos são secundários. A aprendizagem associada ao lúdico abre caminhos para ampliar o interesse pelo mundo ao redor.

Quando envolvida em situações concretas e relevantes ao seu cotidiano, a criança se identifica melhor com elas. Através da ludicidade, o educando pode associar o místico ao real, originando brincadeiras de situações imaginárias e, ao fazer essa associação, a criança assimila seu significado mais profundo.

O maior valor do lúdico no desenvolvimento infantil está na área cognitiva, ou seja, quando a criança estabelece conexões entre o real e o imaginário, facilitando a construção do conhecimento. Estimulada pelo prazer que o ato de brincar proporciona, a criança se abre à aquisição de conhecimento e ao desenvolvimento de novas habilidades.

De acordo com Vygotsky (1984), através do lúdico, a criança se transporta para o mundo imaginário, o que muitas vezes passa despercebido no mundo real, especialmente nas brincadeiras de faz-de-conta.

É evidente que a criança inicia com uma situação imaginária que, no começo, é muito semelhante à realidade. O que acontece é uma reprodução da situação real. Por exemplo, uma criança brincando com uma boneca imita quase exatamente o que sua mãe faz com ela (VYGOTSKY, 1984, p. 135).

As atividades lúdicas têm a capacidade de facilitar tanto o desenvolvimento integral da personalidade da criança quanto o progresso de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Ao entrar na escola, a criança enfrenta um impacto físico e mental significativo, pois até então sua vida era dedicada exclusivamente aos brinquedos e ao ambiente familiar.

Os jogos no contexto da educação infantil promovem a socialização, uma vez que é sabido que a criança se desenvolve por meio da experiência social. As brincadeiras são atividades que fazem parte do mundo adulto, inserindo a criança socialmente através do faz-de-conta.

A brincadeira abre caminhos para a construção da personalidade social da criança, criando um espaço de interação infantil e de construção entre ela e o adulto. Assim, a brincadeira é uma forma de comportamento social. É brincando que a criança se socializa e se prepara para ingressar futuramente nessa sociedade complexa.

Brincar é, sem dúvida, uma forma de aprender, mas é muito mais do que isso. É experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, negociar, transformar-se e ser. A brincadeira não se limita apenas à atividade cognitiva da criança. Envolve a criança como um todo. É uma prática social, uma atividade simbólica, uma forma de influência mútua com o outro, ocorrendo no cerne das disputas sociais e implicando a constituição do sentido.

A brincadeira no processo de formação do indivíduo é fundamental, pois ajuda no desenvolvimento físico e mental da criança.

Utilizar jogos e brincadeiras como ferramentas na Educação Infantil contribui para o desenvolvimento da autonomia da criança, além de melhorar sua concentração e auxiliar na construção do conhecimento (NOGUEIRA; SILVEIRA, 2021).

Essas atividades não devem ser vistas apenas como passatempo, pois também estimulam a criatividade, autoconfiança, socialização, desenvolvimento motor e cognitivo da criança. Através dos jogos e brincadeiras, a criança aprende sobre limites e regras (SILVA, 2015).

É essencial integrar jogos e brincadeiras ao processo de aprendizagem, combinando-os com momentos de lazer para tornar a educação mais significativa (RODRIGUES, 2013).

Portanto, a introdução de jogos e brincadeiras na educação infantil transforma a sala de aula tradicional, propondo uma abordagem dinâmica e eficaz para o ensino-aprendizagem (SOUSA, 2016).

Para um desenvolvimento infantil completo, brincar é fundamental, pois pode ser usado como ferramenta para estimular áreas onde a criança possa ter dificuldades. No entanto, o profissional deve considerar o desenvolvimento infantil como um todo, sem focar apenas em um aspecto, já que tudo está interligado (CORDAZZO; VIEIRA, 2007).

Além disso, o educador não deve se limitar apenas à teoria, especialmente na educação infantil. É necessário aplicar práticas que desenvolvam jogos e brincadeiras para incentivar a autonomia da criança (CAROLINE, 2019).

Sem dúvida, jogos e brincadeiras são excelentes recursos didáticos, facilitando a aprendizagem e tornando-a mais atraente (Pereira; Sousa, 2015).

Os jogos e as brincadeiras são fundamentais na Educação Infantil, pois contribuem significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. A estimulação através dessas atividades é essencial, já que o ato de brincar é inerente à criança, permitindo que ela se conheça e interaja com os outros (MARQUES, 2016).

Brincar permite que a criança traga seu mundo de fantasia e imaginação para o cotidiano, facilitando o aprendizado. Assim, pode-se afirmar que jogos e brincadeiras são ferramentas que promovem a criatividade e a autonomia da criança (FANTACHOLI, 2011).

Carlos Drummond de Andrade destacou a importância do brincar ao dizer: "Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem" (ANDRADE, 2016).

Portanto, ao utilizar jogos e brincadeiras como recursos pedagógicos, a aprendizagem e o desenvolvimento infantil se tornam mais eficazes, despertando o interesse e a vontade de aprender (WOLSKI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socialização de bebês e crianças na educação infantil é um processo essencial que vai além do simples convívio. Desde os primeiros anos de vida, a interação com outras crianças e adultos no ambiente escolar contribui significativamente para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos pequenos.

No contexto da educação infantil, a socialização permite que as crianças aprendam a compartilhar, colaborar e resolver conflitos de maneira construtiva. Essas interações são fundamentais para a construção de habilidades sociais que serão utilizadas ao longo de toda a vida. Além disso, o ambiente escolar oferece um espaço seguro e estruturado onde as crianças podem explorar suas emoções e desenvolver empatia e respeito pelos outros. Por meio de atividades lúdicas e pedagógicas, os educadores têm a oportunidade de promover um ambiente de aprendizado que valoriza a cooperação e a comunicação. Jogos e brincadeiras são ferramentas poderosas que facilitam a integração social, permitindo que as crianças experimentem diferentes papéis e situações, o que enriquece sua compreensão do mundo ao seu redor.

É importante destacar que a socialização na educação infantil não se limita apenas às interações entre as crianças. A relação com os professores e outros adultos também desempenha um papel crucial. Esses vínculos ajudam a criança a sentir-se segura e apoiada, o que é essencial para seu desenvolvimento integral.

Em suma, a socialização na educação infantil é um componente vital para o crescimento saudável das crianças. Ela não apenas facilita a aprendizagem de habilidades acadêmicas, mas também promove o desenvolvimento de competências sociais e emocionais que são extremamente importantes para a formação de indivíduos equilibrados e conscientes de seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Frases e pensamentos – pensador Uol, 2016. Disponível em: https://www.pensador.com/frase/NjI2MzYw/. Acesso em: 13 jul.2024.

BERGER, Peter, BERGER, Brigitte, Sociologia e Sociedade, Leituras de Introdução a Sociedade, LTC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php? option=com_docman&view=-

download&alias=9769-diretrizescurriculares2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 jul.2024.
CAROLINE, Thais Rodrigues: A importância de jogos e brincadeira na educação infantil, Revista Práxis Pedagógica, Minas Gerais, Vol.2, nº 1 janeiro/março, 2019, p. 25-26. Universidade José do Rosário Vellano – Unifenas, Minas Gerais.
CORDAZZO, Scheila Tatiane Duarte; VIEIRA, Mauro Luís, A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 7, núm. 1, abril, 2007, pp. 92104 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.
CRUZ, Ingrid Laena Rocha. O uso de jogos e brincadeiras no processo de alfabetização em séries iniciais de uma escola municipal situada na Comunidade do Alto Boa Vista II. Tocantinópolis, 2019. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Universidade Federal do Tocantins. DIAS, Marilza Merenciana; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva. A importância da inserção de jogos e brincadeiras como recursos didáticos na Educação Infantil. Pró-Professor, v. 1, n. 1, 2012.
FANTACHOLI, Fabiane das Neves. O Brincar na Educação Infantil: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras - Um Olhar Psicopedagógico. Revista Científica Aprender [on line]. 5ª edição, dez. 2011.
NOGUEIRA, Francisca Benedita de Paula; SILVEIRA, Éderson Luís. A importância do lúdico na educação infantil. REVISTA FACULDADE FAMEN| REFFEN| ISSN 2675-0589, v. 2, n. 1, p. 68-85, 2021.
PALACIOS, J. C. M. A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Alvares Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1971. ROGOFF, Bárbara. A Socialização Conjunta do Desenvolvimento por Crianças e Adultos", In: Influências Sociais e Socialização em Infância, editado por Lewis, Michel e Saul Feinman, Plenum Press, Novo York, Londres. 1991.
ROGOFF, Bárbara. Aprendices del pensamiento. O desenvolvimento cognitivo no contexto social, Paidós, Barcelona. 1993.
SILVA, Ana Maria da. A ludicidade construindo a aprendizagem de crianças na educação infantil 2015. Disponível em: https://www.portaldaeducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/aludicidadeconstruindo-aaprendizagem-de-criancas-na-educacao-infantil/50878.
Acesso em: 4 jul.2024.
SOUSA, Tânia Cristina Leal de. Jogos e brincadeiras na educação infantil: a importância do lúdico, Goiás, 2016. 64 p. Trabalho de conclusão de Curso (Pedagogia). Instituto Federal Goiano- Campus Morrinhos.
VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e Linguagem, Ediciones Quinto Sol, México. 1988.
WOLSKI, Daniana, A importância do jogo e do brinquedo para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da criança no contexto da educação infantil, Ponta Grossa, 2017. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Instituição de Ensino Superior Sant'ana